



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3ª Sessão Legislativa
da 11ª Legislatura

ANO XLII

RIO BRANCO - AC, 16 DE MARÇO DE 2005

N.º 3402

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2ª Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão
BPM - Elson Santiago
BSC - José Luis
PL - Hélio Lopes
PMDB - Antônia Sales
PSDB - Luiz Gonzaga
PFL - José Vieira
PP - José Bestene
PDT- Luiz Calixto
PSC - Nogueira Lima
PPS - Tarcísio Medeiros
PTB - Roberto Filho
Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Juarez Leitão, Naluh Gouveia, Pe.
Valmir Figueredo, Ronald Polanco e
Taumaturgo Lima.
BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago,
Moisés Diniz e Sérgio Oliveira.
BSC - Delorgem Campos, Francisco Viga e
José Luís.
PL - Hélio Lopes e Dinha Carvalho.
PMDB - Antônia Sales e Chagas Romão.
PSDB - Luiz Gonzaga e Helder Paiva.
PFL - José Vieira.
PP - José Bestene.
PDT- Luiz Calixto.
PTB - Roberto Filho.
PSC - Nogueira Lima.
PPS - Tarcísio Medeiros.

Atos da Mesa Diretora**RESOLUÇÃO N. 34 /2005****A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR o Deputado **Luiz Gonzaga**, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e **Delorgem Campos**, integrante do Bloco Socialista Cristão - BSC, para, na cidade de Lima - Peru, nos dias 3 a 5 do corrente mês, acompanharem o Governador do Estado do Acre.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a **três** diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "**MILTON DE MATOS ROCHA**",
15 de março de 2005.

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 35 /2005**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR os servidores **Pedro Ferreira da Cruz**, Técnico Legislativo, CL."C", CÓD.PL-NM-312, Ref. 34, **Aluizio Rocha da Silva**, Economista, CL."B", CÓD.PL-NS-105, Ref. 46, **Paulo Almeida Nogueira**, Agente de Segurança, CL."B", CÓD.PL-NB-401, Ref. 23 e **Raimundo de Souza Cunegundes**, Motorista Oficial CL."C", CÓD.PL-NB-403, Ref. 26, para, na cidade de Xapuri-Ac, tratarem de assuntos do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias e meia para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "**MILTON DE MATOS ROCHA**",
15 de março de 2005

Deputado **Sérgio Oliveira**
Presidente

Deputado **Ronald Polanco**
1º Secretário

Deputado **Moisés Diniz**
2º Secretário

Atos do Secretário Executivo**PORTARIA N. 342 /2005****O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-14** para **SP-EG-13**, do senhor **Thiago Félix de Melo**, Secretário Parlamentar, junto ao

Gabinete do Deputado **Elson Santiago**, integrante do Bloco Popular Mobilizador - BPM, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 3 de março de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 16 de março de 2005

CARLOS AUGUSTO COELHO DE FARIAS
Secretário Executivo

PORTARIA N. 343 /2005**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-18** para **SP-EG-16**, do senhor **Luiz Carlos Teixeira Santiago**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **Elson Santiago**, integrante do Bloco Popular Mobilizador - BPM, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 3 de março de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 16 de março de 2005

CARLOS AUGUSTO COELHO DE FARIAS
Secretário Executivo

PORTARIA N. 344 /2005**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-17** para **SP-EG-18**, do senhor **José Brito da Silva**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **Elson Santiago**, integrante do Bloco Popular Mobilizador - BPM, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 3 de março de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 16 de março de 2005

CARLOS AUGUSTO COELHO DE FARIAS
Secretário Executivo

PORTARIA N. 345 /2005**O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE**, no uso de suas atribuições legais, etc.,**RESOLVE:**

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-15** para **SP-EG-16**, do senhor **Gladson Augusto Silva Menezes**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **Elson Santiago**, integrante do Bloco Popular Mobilizador - BPM, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 3 de março de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 16 de março de 2005

CARLOS AUGUSTO COELHO DE FARIAS
Secretário Executivo

PORTARIA N. 146 /2005
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-13** para **SP-EG-14**, da senhora **Maria da Conceição Vale Queiroz**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **Elson Santiago**, integrante do Bloco Popular Mobilizador - BPM, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 3 de março de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 16 de março de 2005


CARLOS AUGUSTO COÊLHO DE FARIAS
Secretário Executivo

PORTARIA N. 147 /2005
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o nível de vencimento de **SP-EG-18** para **SP-EG-19**, da senhora **Maria Verônica Barboza de Andrade**, Secretário Parlamentar, junto ao Gabinete do Deputado **Elson Santiago**, integrante do Bloco Popular Mobilizador - BPM, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 3 de março de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 16 de março de 2005


CARLOS AUGUSTO COÊLHO DE FARIAS
Secretário Executivo


PORTARIA N. 148 /2005
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o Senhor **Carlos Alberto Santiago de Melo**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG - 09**, junto ao Gabinete do Deputado **Elson Santiago**, integrante do Bloco Popular Mobilizador-BPM, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros contar-se-ão a partir de 1º de março de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 16 de março de 2005.


CARLOS AUGUSTO COÊLHO DE FARIAS
Secretário Executivo


PORTARIA N. 149 /2005
O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D/2003, de 13 de março de 2003, o Senhor **Pedro Costa de Souza**, do cargo em comissão de **Secretário Parlamentar, SP-EG-10**, do Gabinete do Deputado **Elson Santiago**, integrante do Bloco Popular Mobilizador - BPM, da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, sendo que os efeitos financeiros cessarão a partir de 1º de março de 2005.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 16 de março de 2005.


CARLOS AUGUSTO COÊLHO DE FARIAS
Secretário Executivo

11ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 16 de março de 2005

Presidência: Deputados **SÉRGIO OLIVEIRA** e **DINHA CARVALHO**

Secretaria: Deputado **DELORGEM CAMPOS**

PRESENTES: Deputados **JUAREZ LEITÃO**, **NALUH GOUVEIA**, Pe. **VALMIR FIGUEREDO**, **RONALD POLANCO**, **TAUMATURGO LIMA** do **PT**; **EDVALDO MAGALHÃES**, **ELSON SANTIAGO**, **MOISÉS DINIZ**, **SÉRGIO OLIVEIRA** do **BPM**; **DELORGEM CAMPOS**, **FRANCISCO VIGA**, **JOSÉ LUIS** do **BSC**; **ANTONIA SALES**, **CHAGAS ROMÃO** do **PMDB**; **LUIZ GONZAGA** do **PSDB**; **DINHA CARVALHO** do **PL**; **LUIZ CALIXTO** do **PDT**; **JOSÉ VIEIRA** do **PFL**; **JOSÉ BESTENE** do **PP**; **NOGUEIRA LIMA** do **PSC**; **TARCÍSIO MEDEIROS** do **PPS**.

AUSENTES: Deputados **HELDER PAIVA** do **PSDB**; **HÉLIO LOPES** do **PL**; **ROBERTO FILHO** do **PTB**.

O Senhor Presidente (**SÉRGIO OLIVEIRA**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Projeto de Lei N. 8/2005, de autoria do Deputado **Moisés Diniz**, o qual “Institui, no âmbito da Administração Pública, a CNVDC – Certidão Negativa de Violação aos Direitos do Consumidor, e dá outras providências”;

Projeto de Lei N. 9/2005, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada **Naluh Gouveia**, o qual “Concede o Título de Cidadão Acreano ao Ilustríssimo Senhor Romualdo da Silva Medeiros e dá outras providências”;

OF.GAPRE.N.328, do Desembargador **Samoel Martins Evangelista**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, devolvendo a servidora **Zilda Araújo Bezerra**, pertencente ao quadro de pessoa desta Casa Legislativa;

Ofício N. 036 G.D.N.G/ALEAC, da Deputada **Naluh Gouveia** comunicando que se encontrar em Brasília, participando do julgamento do Senhor **Hildebrando Pascoal**, ficando impossibilitada de participar desta Sessão;

GABJU-OF N. 146, da Juíza de Direito Substituta, **Lílian Deise Braga Paiva**, do Juízo de Direito da 2ª Vara de Família da Comarca de Rio Branco, solicitando cópia da cédula de identidade do Senhor **Franesi da Silva Ribeiro**, no prazo de dez dias;

OF.GAB/N.001/05, do Vereador **Juracy Melo Nogueira**, da Câmara Municipal de Rio Branco, solicitando a possibilidade de

colocar à disposição de seu gabinete o servidor Hermilton Nogueira de Sena.

Pequeno Expediente

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, companheiros Presentes na galeria, eu estou muito cansada, mas quero dizer que minha consciência está tranqüila por ter feito o papel de representante deste Estado. Estava conversando com a Deputada Dinha e com o Deputado Edvaldo Magalhães e disse-lhes que as mulheres, cada vez mais, me orgulham. Na hora do Juiz dar a sentença do julgamento dos integrantes do Esquadrão da Morte, que começou às dez horas da manhã de um dia e terminou seis e pouco do outro, estávamos somente eu e a Deputada Perpétua.

Alguns parlamentares do Estado, da esfera Federal, que também estava representando o Acre, disseram que “não tinham estômago” para assistir até o final. Parece brincadeira; é como se fosse uma coisa particular. Ninguém fala do criminoso, falamos do crime, por sinal de um crime hediondo.

Quero dizer também, Senhores Deputados, que dois seguranças desta Casa, que eu nem sei quem são, tinham seus olhares fixos no Regis, no dia do interrogatório da CPI do narcotráfico que aconteceu aqui em 97, e eles disseram que sabiam a posição que o Regis estava nesse dia.

O Procurador disse: vocês têm fixação por esse homem? Isso porque eles sabiam a posição que o Regis estava. Ele foi condenado a 22 anos e seis meses de prisão.

O crime foi bem arquitetado, pois na mesma hora em que o Hildebrando estava depondo aqui, dia dez de setembro/97, o Raimundinho que assumiu a culpa, entrou no ônibus em que estava o Ayala, perto daquele lugar onde hoje é a CEF, ao lado da pizzaria Água na Boca e disparou covardemente. É impressionante como essas pessoas são covardes. Só são bons em bandos. No caso, o Ayala foi atingido por trás com três tiros na cabeça, como fazem os criminosos covardes.

O Régis disse que estava o tempo todo aqui, mas não estava. Os nossos seguranças sabem disso e foi ele quem deu cobertura para a fuga do Raimundinho. Daqui, eles não saíram presos pelos nossos seguranças, após o interrogatório, por falso testemunho, porque o Juiz indeferiu o pedido, mas o Procurador pediu. Estou colocando esses fatos para que seja feita alguma coisa, por esses seguranças.

Outra coisa que é importante que se diga é que dinheiro para aquele cidadão não é problema. O Hildebrando chamou lá os advogados e os orientou. Os Senhores precisavam ver como ele se dirigia ao Juiz aposentado Pedro Castelo Branco. Era humilhante. O tempo, no julgamento, era distribuído em três horas para a acusação e três para a defesa, porém, o tempo da defesa tinha que ser dividido em quatro porque havia quatro acusados; portanto, ficou pouco tempo para a defesa do Juiz Paulo Pedro Castelo Branco, já que o outro advogado do Hildebrando usou um pouco mais de tempo. Ele se dirigiu a esse advogado dizendo: “Porra! Acabou o horário!”. Foi impressionante. Os outros três acusados que estavam lá, inclusive o Nim, que foi absolvido desse caso, ficaram de cabeça baixa, mas o Hildebrando não tem jeito.

Eu não sou uma grande conhecedora da Bíblia, apesar de não ser atéia e ter muita fé, mas sei que existe uma passagem bíblica que diz que o diabo era um amigo de luz. Mas não houve jeito, sua tendência era para o mau. Existem pessoas que são como ele. É o caso do Hildebrando, continua arrogante, prepotente.

Quando eu e a Deputada Perpétua ficamos quase sozinhas no julgamento, pois só havia o Eudo, dos Direitos Humanos, de 10 h. da manhã até 6h30 do outro dia, quando o Hildebrando me encarou e fez questão de ranger os dentes, como ele fez quando eu fui sua

testemunha de acusação no caso do narcotráfico. Ele não teve coragem de me cumprimentar e eu achei isso importante, porque não seria mesmo legal.

Eu queria apenas narrar os fatos que presenciei ao representar esta Casa e dizer que não foi algo agradável. Nenhum ser humano fica feliz ao ver outro ser condenado a 25 anos de prisão. Mas a justiça foi feita.

Essa de dizer que o Hildebrando não foi o mandante daquele assassinato, parecia brincadeira conosco. Esse crime, inclusive, foi uma briga de dois bandos, porque o Ayala não era nenhum santo. Mas, estava querendo colaborar com a Justiça. Portanto, eu fico feliz pela Justiça elucidar o crime, mas não fico feliz com a situação do criminoso.

Fica, portanto, um exemplo para todo o Brasil. No entanto, eu fico triste pela maneira como o Acre foi conhecido. Parecia que todos nós acreanos éramos medrosos e não nos insurgimos com relação àquilo.

Eu convidei uma senhora que fazia limpeza lá a vir ao Acre e ela me disse: Eu tenho medo. Diante disso eu lhe disse que o Acre está fazendo bonito, colocando seus criminosos na cadeia. Mas eu lhe disse: vá lá que você vai ser muito bem recebida!

Eu quero encerrar, Senhor Presidente, com o propósito de nunca mais falar sobre esse caso, porque foi feito Justiça.

(Sem revisão do orador)

Deputado **RONALD POLANCO** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas Dinha Carvalho, Antonia Sales e Naluh Gouveia, venho, hoje, a esta tribuna para dizer que a Assembléia, a Universidade, Vereadores, Prefeitos da região do Envira, das cidades de Feijó e Tarauacá, estarão participando de um debate, muito importante para a sociedade, que é a extensão quase que permanente da Universidade Federal do Acre àquela região. Vamos dar a nossa contribuição, e ajudar os companheiros, Moisés Diniz, Juarez Leitão, Pe. Valmir, Calixto, enfim todos que irão conosco à Tarauacá, discutir com aquela população o futuro daquela região.

Acredito que sem uma boa base científica, sem uma massa crítica, nenhuma região avança. Essa é a nossa missão, ter sempre humildade e contribuir com o debate. Acho que, mais do que ninguém, os companheiros daquela região podem falar dela e no mais colocar a Assembléia à disposição daquele povo que, constantemente, traz a esse Parlamento, pessoas iguais aos companheiros que aqui citei. Então, amanhã, praticamente, não haverá Sessão nesta Casa, porque boa parte dos Deputados estará viajando.

Hoje, Deputado Luiz Calixto, ficamos sabendo que fomos criticados pelo Prefeito de Feijó, que disse que o meu partido sempre deu ordens nesta Casa. Sempre existem os autoritários, assim como os desinformados, mas nós vamos esclarecer para esses mal avisados o que nós vamos fazer: vamos com humildade e simplicidade discutir a instalação e a extensão da Universidade naquela região.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, na verdade eu vou usar os cinco minutos do meu do meu tempo para me penitenciar por não ter feito, ontem, um registro em homenagem ao 16º ano da TV Rio Branco. Faço isto porque é uma televisão que, independentemente do viés oposicionista de seu proprietário e de muitos dos seus funcionários, tem dado, nos últimos seis anos, um belo exemplo de liberdade de Imprensa; e de como se faz jornalismo no Estado do Acre; ouvindo as várias versões sobre determinados fatos. São poucas as televisões que primam por conceder espaço tanto a um lado quanto ao outro.

Hoje, o que se vê é a maioria dos Meios de Comunicação fazendo propaganda governamental em razão dos contratos que têm

com o Governo, e cerceiam o espaço que constitucionalmente deveria ser da Oposição, porque se trata de concessões públicas.

Então, cito como exemplo a TV Rio Branco, pois em pleno sábado assisti uma boa entrevista dada pelo Presidente desta Casa, Deputado Sérgio Oliveira, no programa Conversa Franca, em um horário nobre; cito também um outro exemplo que aconteceu ontem, quando uma repórter recém chegada no nosso Estado, que não sabe ainda como funcionam as coisas aqui, atreveu-se a me chamar no Salão Nobre para conceder uma entrevista. A minha vontade era dizer-lhe que não gastasse a fita nem o trabalho do cinegrafista, mas eu deixei para que ela soubesse pelos seus próprios meios, como a TV Gazeta faz jornalismo. E fui para casa certo de que a reportagem não sairia, e de que iriam agir para impedir que a mesma fosse ao ar. Essa televisão, Senhor Presidente, tem abusado, inclusive, tem achincalhado esta Assembléia, sem dar aos Deputados a oportunidade de falar. Então, eu gostaria de deixar registrado nos anais desta Casa, o excelente serviço prestado pela TV Rio Branco e o Jornal o Rio Branco.

Qualquer cidadão que assista a um programa de televisão verá que na programação da TV Rio Branco as pessoas mais ligadas ao Governo são, talvez, as que mais concedem entrevistas àquela televisão, e aqui vários Deputados tiveram esta oportunidade e nós não podemos, de forma nenhuma, deixar de registrar esta homenagem a uma televisão que, diga-se de passagem, nos últimos seis anos não recebeu um centavo do Governo Estadual para veicular uma propaganda institucional e não fez isso porque talvez não tenha se rendido à vontade da Assessoria de Comunicação, de querer mandar na linha editorial, nos jornalistas e no dono do jornal.

Então, a TV Rio Branco é necessária ao Estado do Acre, ela cumpre o papel que as outras não cumprem que é de ouvir os dois lados da notícia independentemente do viés oposicionista do seu dono, registrando também que o Governo comete a covardia de nesses seis anos não mandar veicular um comercial institucional na televisão, que tem a segunda maior audiência no Estado e primeira audiência na programação local, segundo índices medidos por essas instituições que fazem essa aferição.

O Vereador Rodrigo Pinto, filho do saudoso Governador Edmundo Pinto, foi mais atento que eu, no momento certo, prestou uma homenagem na Câmara Municipal à TV Rio Branco, que bravamente tem resistido, por longos seis anos, e continuará resistindo.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, ontem, aconteceu aqui em nosso Estado, um ato muito importante, que foi a fundação da Associação dos Conselheiros Tutelares dos 22 Municípios do Acre. Eu convivi no dia-a-dia com essa problemática da violência contra a criança; inclusive a minha esposa já foi Conselheira Tutelar, lá em Tarauacá.

Quero aproveitar também para pedir aos nobres Deputados que no Grande Expediente, recebêssemos os Conselheiros de Marechal Thaumaturgo, de Santa Rosa, de Porto Walter, ou seja, aqueles que no dia-a-dia cuidam e protegem nossas crianças de violência e dos abusos sexuais. Então, eu acho que seria muito importante que esta Casa recebesse esses representantes e ouvisse suas reivindicações e propostas.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, inicialmente, parabênizo o Deputado Moisés Diniz, pela iniciativa de trazer a este Poder os Conselheiros Tutelares. E como Conselheira representante da Assembléia Legislativa do

Conselho da Criança e do Adolescente, quero dizer que é um prazer muito grande tê-los nesta Casa.

Quero dizer que essa questão da nossa ida a Tarauacá merece atenção maior. Há alguns dias, eu conversei com o Deputado Moisés Diniz, quanto a uma falação que ele fez sobre a Universidade que queremos para o Acre. Esse é um tema muito importante.

Quando eu cursava a faculdade de Letras, no ano de 1985, nós alunos fizemos a primeira greve, porque não tinha a disciplina Espanhol na nossa grade curricular. O Senhor imagina, Deputado Pe. Valmir a irracionalidade de um Estado que possui mais de dois mil km de fronteira com países da América do Sul e no nosso curso não tinha Espanhol. Imaginem o quanto a Universidade sempre foi uma instituição separada da comunidade. Um exemplo é Cruzeiro do Sul, cidade distante com características das cidades de montanhas, com inclinação para a música e para a arte. Que tipo de universidade querem os cruzeirenses e os demais municípios, levando-se em conta as peculiaridades de cada um? Essa questão precisa ser discutida por esse Parlamento.

A Universidade criou o curso de Historia pela manhã e à noite, e nós temos vários profissionais, formados nessa área, desempregados, porque infelizmente o mercado de trabalho só oferece oportunidade para os licenciados. Porém, não ofereceu oportunidade para o curso de Matemática que é a grande necessidade do Estado do Acre, bem como Química e Física, visto que, há no Brasil, uma necessidade de mais de cinco mil profissionais formados nessas áreas. A Universidade é uma Instituição que amamos, porém está distante da nossa realidade.

Deputado **JUAREZ LEITÃO** (PT – EM APARTE) – Fiz um pedido à Universidade Federal do Acre, para que fosse instalado o curso de Engenharia Florestal, no Município de Cruzeiro do Sul, e como V. Exa. sabe muito bem, funcionou. De acordo com o Zoneamento Econômico e Ecológico feito no nosso Estado, nós temos ali a região com o maior índice de madeira nobre do Estado. Porém, eu fico imaginando que haverá o momento em que aquela área será explorada por empresas privadas ou particulares e como a maioria dos moradores são peões e boa parte da terra está concentrada nas mãos de pessoas vindas do Centro-Sul do País, deveremos ensinar o povo a lidar com a floresta, pois bem sabemos que está havendo um cuidado do Estado no que se refere a fornecer títulos de concessão, ou seja, de fornecer as técnicas de manejo florestal. E a nossa preocupação é que se a população daquele lugar não for instruída quanto à importância dos nossos recursos naturais, corremos o risco de assistir às pessoas de outras regiões extraírem as nossas riquezas e sermos peões deles. Acho que estamos no momento de fazer essa discussão e esse seminário junto com as universidades e a Assembléia. Será um momento oportuno.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Incorporo o seu aparte e quero dizer-lhe, Deputado Juarez, que o Governo merece todos os aplausos na questão da qualificação. São mais de 4.700 professores cursando faculdade. Eu fico triste porque o Governador não conhece essa realidade e isso causa-me uma tristeza muito grande. A Assembléia foi determinante para que haja quatro mil e setecentos professores cursando faculdade. Há pessoas que defendem fazendeiros; ramais ou outros setores, mas nós somos unânimes em dizer que todos os setores são importantes, porem 30 % de nossos recursos são destinados à Educação. A Assembléia merece ser respeitada porque ela entende que a Educação é a saída para tudo.

Portanto, fico feliz em irmos a Tarauacá discutir qual a universidade que aquele município merece. E não dá para discutir a universidade sem estar de olho no nosso Zoneamento. A Emater, o Incra e a Educação devem está presentes. E se tem um gasto devido para a realização desse evento, vamos discuti-lo.

Uma das imagens mais bonitas que eu vi e me fez compreender por qual razão no Acre não tem mar, foi quando eu fui para o Jordão, lá não tinha um burquinho era só aquela mata, com tudo verde, Deus não pode dar tanta beleza só para um lugar, ele tem que dividir. É por isso que nós não temos mar. Os Estados litorâneos ficam com o mar de água e nós com o mar de floresta.

Quero dizer mais, Deputado Juarez, as pessoas da zona rural precisam ter acesso à faculdade, imagine o pessoal da zona rural todos com nível superior, que coisa linda! E como nos deixa feliz ter participado desse sonho de ver varias donas Raimundas, Franciscas, Marias, professoras disso e daquilo com nível superior na zona rural. Daqui a alguns anos teremos todos os nossos professores qualificados, com nível superior. Porém, queremos mais e aqui na Assembléia está tramitando o projeto para a Educação Continuada. Queremos curso de pós-graduação, mestrado e doutorado; queremos continuar estudando, para que possamos atender bem ao nosso aluno. Fico muito feliz de participar dessa questão da Educação. Esse é um assunto pontual e de importância muito grande.

O Deputado Sérgio Oliveira coloca, com muita precisão a questão da Assembléia itinerante, porque somos Deputados Estaduais, então precisamos estar em cada município e essa é uma verdadeira ação da Assembléia Legislativa.

Quero concluir dizendo que estou feliz com a Mesa, em proporcionar condição para trabalharmos. Ontem, conversei com a Deputada Rosália e o pessoal do conselho e passei essa informação. A Deputada Federal Rosália é do PT do Rio grande do Sul e foi relatora da CPI que trata da questão do abuso sexual com crianças no Brasil, e, ontem, à tarde, eu estive com ela, aproveitando as condições oferecidas pela Mesa Diretora para chegarmos até Brasília e está certo dela vir para o Acre. Naquele momento esta Casa promoverá um grande debate sobre a questão de abuso sexual; se nesse debate concluirmos que é importante a CPI, é inaceitável que as denúncias que temos, se reduzam em três casos no relatório final da CPI, o caso do Antonio Manoel, do César Tadeu, da Empresa de ônibus, e do Zezinho.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT - EM APARTE) – Eu não consigo entender e digerir as razões pelas quais a Assembléia Legislativa ainda não instalou a comissão destinada a investigar a exploração sexual de menores, a prostituição infantil, haja vista que o Requerimento foi subscrito por todos os Deputados. Nós devemos essa explicação à sociedade. Deveríamos dizer o motivo pelo qual não instalamos essa comissão.

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT) – Senhor Presidente, eu gostaria de contar com o apoio da Mesa, como sempre contamos em todos Seminários e encontros. Esse será um seminário que entrará para história. Pela manhã, a Deputada Rosália falará de forma geral como foi a CPI, abordando aspectos do nosso Acre e, à tarde, faremos a construção de um fórum permanente, de proteção as nossas crianças, onde teremos participação do Conselho tutelar da Assembléia da Câmara, do Governo do Estado e das ONGs. Essas instituições serão compostas de mulheres e homens ativistas.

(Sem revisão do orador)

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, quero cumprimentar e dar boas-vindas aos companheiros dos Conselhos Tutelares do Estado do Acre, que se encontram na galeria e informá-los que vamos recebê-los aqui no Plenário.

Quero registrar, neste momento, o aniversário dos vinte anos de redemocratização do nosso País, ocorrido ontem. Eu estava olhando para o Plenário da Casa e percebi que a maioria das pessoas que integram os Conselhos Tutelares do Estado são bastante jovens,

então isso quer dizer que elas não viveram o processo da redemocratização no Brasil. Eu já ouvi cada absurdo, no que se refere a questão democrática, o fato é que a Democracia foi uma grande conquista e que precisa ser preservada. Mas por incrível que pareça, Deputada Naluh, por uma coincidência positiva da história, ontem também foi dada, em Brasília, a sentença do primeiro julgamento dos crimes cometidos por Hildebrando Pascoal e o mesmo foi condenado a cumprir pena de 25 anos, por ter assassinado o policial Piaba. Acho que isso é simbólico, tem uma importância grande do ponto de vista da consolidação democrática do Acre. Não faz muito tempo que aqui no Acre, alguns jornais e jornalistas tinham que engolir suas pautas, literalmente, porque a turma ligada ao esquadrão da morte fazia uma pressão violenta sobre a Imprensa.

O Deputado Luiz Calixto que me antecedeu há pouco, fez referência ao aniversário da TV Rio Branco, que completou ontem, 16 anos. Quero aproveitar aqui para parabenizar os proprietários dessa emissora e fazer um apelo: agora no final do mês de maio, vai fazer 6 anos que eu dei uma entrevista de quase uma hora, para externar a posição da CPI do Banacre, que vinha sendo atacada pelo dono dessa emissora e eu até hoje estou esperando que essa matéria seja divulgada, porque lá eu provei que o dono da TV Rio Branco roubou o Estado, roubou o Banacre e construiu aquele complexo jornalístico. Ficou provado, está na Justiça que a TV Rio Branco foi construída com o dinheiro público. Mas a emissora que é democrática não teve a coragem de colocar esta entrevista no ar. Quero fazer um apelo a estes ares democráticos lutadores pela liberdade do Acre, que colocassem a minha entrevista no ar. Eu assumo todas as responsabilidades do que eu disse naquela entrevista, com documentos e provas fartas. Como Presidente da CPI do Banacre, aquela televisão me acusou de ser devedor do banco, o que eu nunca fui, tentando desvirtuar o trabalho de investigação que nós estávamos coordenando.

Quero, neste pronunciamento, deixar registrado o aniversário dos vinte anos de democratização do nosso Estado. Espero que não seja tirado da nossa memória esse processo de reabertura democrática.

Deputado **MOISÉS DINIZ** (BPM – EM APARTE) – Eu farei um aparte diferente porque eu solicitei uma Questão de Ordem para que a Sessão fosse suspensa no horário destinado ao Grande Expediente, para que pudéssemos receber os Conselheiros que se encontram na galeria. Ficou acordado que iriam falar os que estavam inscritos e logo em seguida Sessão seria suspensa, porem percebo que estão quebrando o acordo, tendo em vista que novos Deputados estão se inscrevendo. Dessa forma eu vou trazer o pessoal na marra para cá, pode esperar.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Senhor Presidente, o aparte do nobre Deputado Moisés Diniz, não diz respeito ao que estou falando.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Calixto.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT – EM APARTE) – Deputado Edvaldo Magalhães, os nossos bravos Conselheiros Tutelares podem ficar tranquilos que nós dedicaremos a eles o tempo que for necessário. Fomos parceiros da CPI, que se destinou a investigar as irregularidades do Banacre. É bem verdade, que no Relatório, nós constatamos algumas irregularidades apontadas na negociação do Banco do Estado do Acre, com a empresa de comunicação TV Rio Branco, bem como tantas outras empresas citadas que fizeram operações irregulares. Essas denúncias foram entregues ao Ministério Público e espero que aqueles que contribuíram para dilapidar o patrimônio do Banacre, paguem e restitua ao povo acreano o que é devido. Eu preciso também fazer um esclarecimento: na época da CPI, nós tínhamos a oportunidade e

a força regimental, para convocar qualquer pessoa que tivesse relações comerciais e empresariais com o extinto Banacre. Nós decidimos não convocar algumas pessoas, por decisão nossa. Nós não convocamos o empresário Narciso Mendes porque nós não quisemos. Convocamos o Presidente do Tribunal de Justiça, o finado Mauro Braga, que Deus o tenha, convocamos o motorista do Adeilson. Eu não me arrependo em nada do que fiz. Mas nós não convocamos o empresário Narcísio Mendes porque não quisemos. Então, não vale depois de seis anos, estarmos com saudosismo e chorando o leite derramado.

Deputado **EDVALDO MAGALHÃES** (Líder do Governo) – Deputado Luiz Calixto, acho que V. Exa. não estava acompanhando o meu pronunciamento, então eu peço que se inscreva e me peça desculpas, porque eu não falei, aqui, absolutamente nada, de convocação. Eu não estou lhe entendendo! Eu apenas manifestei um desejo que a entrevista que eu concedi, há seis anos, fosse para o ar, V. Exa. se apressou tanto em ser embaixador do órgão de comunicação, que não se informou do que eu falei. Eu não estou falando de convocação, não tratei deste assunto aqui, quem está tratando é V. Exa. Estou só lhe dizendo que o meu desejo era de que aquela entrevista fosse para o ar, só isso, Deputado Luiz Calixto. Acho que V. Exa. também tem esse desejo, até porque foi muito solidário a mim naquela época. Espero que não tenha mudado sua solidariedade. Este desejo permanece forte e sei que vou morrer com ele, mais sempre que houver um aniversário de democracia pedirei que a minha entrevista vá para o ar.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Minha querida Presidenta, eu quero usar nestes dois minutos e meio que a democracia me reserva, para fazer uma referência e uma homenagem que esta Assembléia e o Estado esqueceram de fazer, quando houve a entrega das espadas que simbolizam a vitória do Estado na Revolução Acreana aos seus ilustres. Entre as homenagens que essa Assembléia fez, nas concessões das Moções de Apoio e de Aplauso, não tenho conhecimento do Desembargador Gercino ter sido citado por algum Deputado, e eu vou tomar a iniciativa de fazê-lo. Ele foi a pessoa que verdadeiramente iniciou e contribuiu para o combate ao Esquadrão da Morte, e o fez num gesto de coragem, destemido, pois enfrentou a organização quando os seus componentes ainda estavam soltos, e o Hildebrando Pascoal cantava em prosa e verso que mandava matar esse, bater naquele que prendia e arrebatava. O Desembargador enfrentou o Esquadrão da Morte quando o mesmo tinha seus tentáculos incrustados no Palácio Rio Branco, nesta Assembléia e no Poder Judiciário. Portanto, esta é uma homenagem justa e que deve ser feita a quem verdadeiramente combateu o Esquadrão da Morte em nosso Estado.

Não quero aqui diminuir nem exaltar a importância daqueles que enfrentaram o Esquadrão da Morte quando seus integrantes estavam presos, encarcerados, mas existe um ditado que diz: “quando a onça está morta, todo mundo levanta os seu rabinho”. Se alguém teve a coragem de enfrentar, sem o apoio do Estado e desta Assembléia, aquela organização, esse alguém foi o Dr. Gercino José da Silva. Não posso cometer nenhuma injustiça e o equívoco histórico de deixar de fazer esta homenagem a uma pessoa com o qual não tenha a menor ligação, nem amizade particular, mas que admiro muito e reconheço a importância. Muitos ouviam as conversas, mas ficavam calados com medo, ele não, enfrentou e colocou alguns na cadeia; deu os primeiros depoimentos e se aliou ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos, para denunciar as covardias, os crimes hediondos, que este esquadrão cometeu no Acre.

Eu me lembro que no dia em que integrantes da CPI do Narcotráfico chegaram ao Acre, como seria de praxe, ninguém os

recepcionou. Não houve sequer um gesto de gentileza por parte de nenhum Deputado. Agiram assim movidos por medo.

Amanhã estarei em Tarauacá, mas na próxima semana eu vou apresentar uma Moção de Aplauso ao Desembargador aposentado, Gercino José da Silva para que ninguém ouse roubar-lhe os méritos pelo combate ao crime organizado, sem desmerecer a contribuição de muitos outros.

(Sem revisão do orador)

Deputada **NALUH GOUVEIA** (PT - EM QUESTÃO DE ORDEM) – Desculpe-me, mas não poderia deixar de registrar nos Anais, que a CPI do Narcotráfico só veio para Rio Branco, porque eu fui depor em Brasília e quando eu terminei de falar, foi aprovado um Requerimento para que essa Comissão viesse ao Acre.

Mas eu não quero, de jeito nenhum, Senhora Presidenta, que me mandem flores, apresente Moção sobre essa questão, não. Mas a CPI só veio para o Acre, porque eu fui depor. Disse quem era os traficantes desse Estado, em que lugar eles atuavam, quanto eles pegavam. Falei tudo e pago caro até hoje.

Deputado **JOSÉ VIEIRA** (Líder do PFL) – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, vou ser breve para podermos receber os conselheiros Tutelares que aqui estão.

Ouvindo os pronunciamentos a respeito da ida dos Parlamentares desta Assembléia Legislativa ao Município de Tarauacá, para discutir questões da Universidade e preocupado com essa questão, estou elaborando um Projeto de Lei e na próxima semana estarei dando entrada nesta Casa, para que seja criada, no Estado do Acre, a Universidade à distância. Sem dúvida isso será um marco no nosso Estado.

Quero depois discutir com a Comissão de Educação da Assembléia esse Projeto. Desejo aos colegas que vão para Tarauacá, sucesso nesse trabalho.

(Sem revisão do orador)

A Senhora Presidenta (**DINHA CARVALHO**) – Esta Mesa acata o pedido do Deputado Moisés Diniz, para que no Grande Expediente, possamos receber os Conselheiros Tutelares dos municípios acreanos, que se encontram na nossa Casa.

Está suspensa a Sessão. (PAUSA)

Declaramos reaberta a Sessão.

Ordem do Dia

(Não houve Matéria a ser apreciada).

Explicação Pessoal

(Não houve oradores inscritos).

Diversos

Ata da 9ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 11 de março de 2005

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Francisco Viga**

Às quinze horas e doze minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Francisco Viga**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pc. Valmir Figueredo**, **Ronald Polanco e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, **Elson Santiago e Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Delorgem Campos e José Luís**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático

Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga e Helder Paiva**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Dinha Carvalho e Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 7/2005**, de autoria da Mesa Diretora, o qual “Altera e acresce dispositivos da Lei N. 1.566, de 4 de junho de 2004”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 20 (vinte) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário que, tendo a referida Matéria obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, a mesma iria à Redação Final. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao Projeto de Lei N. 5/2005, de autoria do Poder Executivo, o qual “Institui a nova estrutura de vencimentos dos integrantes de nível superior da Polícia Civil do Estado do Acre”. Em discussão, não houve oradores. Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Nogueira Lima**, Líder do PSC, solicitou que a votação fosse nominal. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, acatou a Questão de Ordem do Deputado Nogueira Lima e solicitou ao Senhor Secretário que procedesse a chamada para verificação de quorum. O Senhor Secretário procedeu à chamada na seguinte ordem: **Partido dos Trabalhadores do PT**: Deputados: Juarez Leitão – presente; Naluh Gouveia – presente; Pe. Valmir Figueredo – presente; Ronald Polanco – presente; Taumaturgo Lima – presente; **Bloco Popular Mobilizador – BPM**: Deputados: Edvaldo Magalhães – presente; Elson Santiago – presente; Moisés Diniz – presente; Sérgio Oliveira – presente; **Bloco Socialista Cristão – BSC**: Deputados: Delorgem Campos – presente; Francisco Viga – presente; José Luís – presente; **Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB**: Deputado: Antonia Sales – presente; Chagas Romão – presente; **Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB**: Deputados: Luiz Gonzaga – presente; Helder Paiva – presente; **Partido Liberal – PL**: Deputados: Dinha Carvalho – presente; Hélio Lopes – presente; **Partido Democrático Trabalhista – PDT**: Deputado: Luiz Calixto – presente; **Partido Democrático Brasileiro – PTB**: Deputado: Roberto Filho – presente; **Partido da Frente Liberal – PFL**: Deputado: José Vieira – presente; **Partido Progressista – PP**: Deputado José Bestene – presente; **Partido Social Cristão – PSC**: Deputado Nogueira Lima – presente; **Partido Popular Socialista – PPS**: Deputado Tarcísio Medeiros – presente. Foi constatado a presença de 24 (vinte e quatro) Deputados em Plenário. A seguir o Senhor Secretário procedeu à chamada para votação na seguinte ordem: **Partido dos Trabalhadores – PT**: Deputados: Juarez Leitão – com relator; Naluh Gouveia – contra o relator; Pe. Valmir Figueredo – com relator; Ronald Polanco – com relator; Taumaturgo Lima – com relator; **Bloco Popular Mobilizador – BPM**: Deputados: Edvaldo Magalhães – com relator; Elson Santiago – com relator; Moisés Diniz – com relator; Sérgio Oliveira – com relator; **Bloco Socialista Cristão – BSC**: Deputados: Delorgem Campos – com relator; Francisco Viga – com relator; José Luís – contra o relator; **Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB**: Deputados: Antonia Sales – contra o relator; Chagas Romão – contra o relator; **Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB**: Deputados: Luiz Gonzaga – abstenção; Helder Paiva – com relator; **Partido Liberal – PL**: Deputados: Dinha Carvalho – com relator; Hélio Lopes – contra o relator; **Partido Democrático Trabalhista – PDT**: Deputado: Luiz Calixto – contra o relator; **Partido Trabalhista Brasileiro – PTB**: Deputado: Roberto Filho – com relator; **Partido da Frente Liberal – PFL**: Deputado: José Vieira – com relator; **Partido Progressista – PP**: Deputado: José Bestene – com relator; **Partido Social Cristão – PSC**: Deputado: Nogueira Lima – contra o relator. Em **Questão de Esclarecimentos do Voto**, o Deputado **Nogueira Lima**, Líder do PSC, comunicou que da mesma forma que votou contra a proposta da Polícia

Militar, também votaria contra esta, porque são iguais. **Partido Popular Socialista – PPS**: Deputado: Tarcísio Medeiros – contra o relator. O Senhor Presidente **Sérgio Oliveira**, comunicou que o resultado da votação foi a seguinte: 15 (quinze) votos a favor e 8 (oito) contra, dos Deputados Naluh Gouveia, José Luiz, Chagas Romão, Antonia Sales, Hélio Lopes, Luiz Calixto, Nogueira Lima e Tarcísio Medeiros, e uma abstenção, do Deputado Luiz Gonzaga. Em **Questão de Ordem**, a Deputada **Naluh Gouveia**, do PT, solicitou que fossem lido o nome dos Deputados que votaram contra o Projeto. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou que os Parlamentares que votaram contra foram: Naluh Gouveia, José Luis, Antonia Sales, Chagas Romão, Hélio Lopes, Luiz Calixto, Nogueira Lima e Tarcísio Medeiros e houve uma abstenção, do Deputado Luiz Gonzaga. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou que não tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros desta Casa, o mesmo iria à segunda discussão e segunda votação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quinze horas e vinte e três minutos, convocando outra para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Francisco Viga*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

Ata da 10ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.


Realizada em 11 de março de 2005

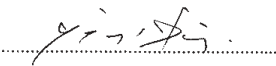
Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**

Às quinze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueredo**, **Ronald Polanco** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, **Elson Santiago** e **Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Francisco Viga** e **José Luís**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga** e **Helder Paiva**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Dinha Carvalho e Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 5/2005**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Institui a nova estrutura de vencimentos dos integrantes de nível superior da Polícia Civil do Estado do Acre”. Em discussão, não houve oradores. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à chamada para votação na seguinte ordem: **Partido dos Trabalhadores – PT**: Deputados: Juarez Leitão – com relator; Naluh Gouveia – contra o relator; Pe. Valmir Figueredo – com relator; Ronald Polanco – com relator; Taumaturgo Lima –

com relator; **Bloco Popular Mobilizador – BPM:** Deputados: Edvaldo Magalhães – com relator; Elson Santiago – com relator; Moisés Diniz – com relator; Sérgio Oliveira – com relator; **Bloco Socialista Cristão – BSC:** Deputados: Delorgem Campos – com relator; Francisco Viga – com relator; José Luís – contra relator; **Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB:** Deputados: Antonia Sales – contra o relator; Chagas Romão – contra o relator; **Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB:** Deputados: Luiz Gonzaga – com relator; Helder Paiva – com relator; **Partido Liberal – PL:** Deputados: Dinha Carvalho – com relator; Hélio Lopes – contra o relator; **Partido Democrático Trabalhista – PDT:** Deputado: Luiz Calixto – contra relator; **Partido Trabalhista Brasileiro – PTB:** Deputado: Roberto Filho – com relator; **Partido da Frente Liberal – PFL:** Deputado: José Vieira – com relator; **Partido Progressista – PP:** Deputado: José Bestene – com relator; **Partido Social Cristão – PSC:** Deputado: Nogueira Lima – contra o relator; **Partido Popular Socialista – PPS:** Deputado: Tarcísio Medeiros – contra o relator. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou que o resultado da votação foi a seguinte: 16 (dezesseis) votos a favor e 8 (oito) contra, dos Deputados Naluh Gouveia, José Luis, Antonia Sales, Chagas Romão, Hélio Lopes, Luiz Calixto, Nogueira Lima e Tarcísio Medeiros. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário que, tendo a referida Matéria obtido dois terços dos votos dos membros da Casa, a mesma iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quinze horas e trinta e quatro minutos, convocando outra para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jordani Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.



.....
Presidente

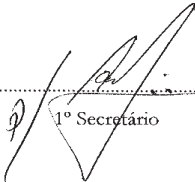

.....
1º Secretário

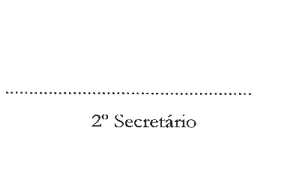

.....
2º Secretário

Ata da 11ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.
Realizada em 11 de março de 2005
Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**
Secretaria: Deputado **Delorgem Campos**
Às quinze horas e quarenta minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Delorgem Campos**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Naluh Gouveia**, **Pe. Valmir Figueredo**, **Ronald Polanco** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, **Elson Santiago** e **Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Francisco Viga** e **José Luís**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga** e **Helder Paiva**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Dinha Carvalho** e **Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS. Foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto**

de **Lei N. 7/2005**, de autoria da Mesa Diretora, o qual “Altera e acresce dispositivos da Lei N. 1.566, de 4 de junho de 2004”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 23 (vinte e três) votos. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário que a Mesa tomaria as devidas providências. O Senhor Secretário procedeu à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei N. 5/2005**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Institui a nova estrutura de vencimentos dos integrantes de nível superior da Polícia Civil do Estado do Acre”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 16 (dezesseis) votos a favor e 8 (oito) contra, dos Deputados Naluh Gouveia, José Luis, Antonia Sales, Chagas Romão, Hélio Lopes, Luiz Calixto, Nogueira Lima e Tarcísio Medeiros. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário, que após expedição dos Autógrafos a referida Matéria iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, convocando uma Ordinária para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jordani Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


.....
Presidente


.....
1º Secretário


.....
2º Secretário

Ata da 12ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.
Realizada em 15 de março de 2005
Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**
Secretaria: Deputado **Francisco Viga**
Às dezessete horas e vinte minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Francisco Viga**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Pe. Valmir Figueredo**, **Ronald Polanco** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, **Elson Santiago** e **Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Delorgem Campos** e **José Luís**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Antonia Sales** e **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga** e **Helder Paiva**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Dinha Carvalho** e **Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS, ausente a Deputada **Naluh Gouveia**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em primeira discussão e primeira votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar N. 2/2005**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei Complementar n. 84, de 28 de fevereiro de 2000”. Em **Questão de Ordem**, do Deputado **Luiz Calixto**, Líder do PDT, solicitou a suspensão da Sessão, por dez minutos, para entendimento entre a bancada de Oposição. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, acatou a Questão de Ordem do Deputado Luiz Calixto e suspendeu a Sessão por cinco minutos. **(PAUSA)**. Reaberta a Sessão. Em discussão, não houve oradores. Em votação, o Deputado **Luiz Calixto**, Líder do PDT, informou que foi incumbido, pelos Deputados de Oposição, de fazer uma justificativa das razões pelas quais iria votar contra esse Projeto, ocasião em que solicitou também que ficasse registrado os votos contrários dos Deputados Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão, Hélio Lopes, Luiz Calixto e Antonia Sales. A seguir o Deputado **Edvaldo**

Magalhães, Líder do Governo, informou que a votação da base de sustentação que o Governo apóia, é motivada por uma questão muito simples: as quatro entidades sindicais que representam os servidores da Saúde, ou seja, o Sindicato dos Médicos, o Sindicato dos Odontólogos, o Sintesacre e o Sindicato representativo dos Enfermeiros e Auxiliares de Enfermagem, acordaram que esse Projeto fosse aprovado. Portanto, nós estaríamos aqui atendendo a um desejo das entidades representativas dos servidores, e eu estranho os votos contrários, aqui, declarados. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário que o resultado da votação, foi a seguinte: 14 (quatorze) votos a favor e 6 (seis) contra, dos Deputados Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão, Hélio Lopes, Luiz Calixto e Antonia Sales e uma abstenção, do Deputado José Bestene. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário, que, não tendo o referido Projeto obtido mais de dois terços dos votos dos membros da Casa, o mesmo iria à segunda discussão e segunda votação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às dezessete horas e trinta e dois minutos, convocando outra para dez minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente
.....
1º Secretário 2º Secretário

Ata da 13ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da
Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 15 de março de 2005

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Francisco Viga**

Às dezessete horas e trinta e cinco minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Francisco Viga**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Pe. Valmir Figueredo**, **Ronald Polanco e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, **Elson Santiago e Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Delorgem Campos e José Luís**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga e Helder Paiva**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Dinha Carvalho e Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS, ausente a Deputada **Naluh Gouveia**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em segunda discussão e segunda votação, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar N. 2/2005**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei Complementar n. 84, de 28 de fevereiro de 2000”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 15 (quinze) votos a favor e 6 (seis) contra, dos Deputados Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão, Hélio Lopes, Luiz Calixto e Antonia Sales e uma abstenção, do Deputado José Bestene. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário que a referida Matéria iria à Redação Final. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às dezessete horas e trinta e nove minutos, convocando outra para

cinco minutos após o término desta. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente
.....
1º Secretário 2º Secretário

Ata da 14ª Sessão Extraordinária da Terceira Sessão Legislativa da
Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 15 de março de 2005

Presidência: Deputado **Sérgio Oliveira**

Secretaria: Deputado **Francisco Viga**

Às dezessete horas e quarenta e um minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Francisco Viga**, Secretário em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão**, **Pe. Valmir Figueredo**, **Ronald Polanco e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães**, **Elson Santiago e Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Delorgem Campos e José Luís**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga e Helder Paiva**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Dinha Carvalho e Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Luiz Calixto**, do Partido Democrático Trabalhista – PDT; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS, ausente a Deputada **Naluh Gouveia**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário proceder à leitura, em Redação Final, do Parecer exarado ao **Projeto de Lei Complementar N. 2/2005**, de autoria do Poder Executivo, o qual “Altera a Lei Complementar n. 84, de 28 de fevereiro de 2000”. Em discussão, não houve oradores. Em votação, foi aprovado por 15 (quinze) votos a favor e 6 (seis) contra, dos Deputados Nogueira Lima, Antonia Sales, Luiz Calixto, Chagas Romão, Tarcísio Medeiros e Hélio Lopes e uma abstenção do Deputado José Bestene. O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, comunicou ao Plenário que após expedição dos Autógrafos a referida Matéria iria à Sanção Governamental. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Extraordinária, precisamente, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, convocando uma Ordinária para dia e hora regimental. E, para constar, eu, *Maria Aparecida Jardim Rodrigues*, lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente
.....
1º Secretário 2º Secretário

Ata da 10ª Sessão Ordinária Deliberativa da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura.

Realizada em 15 de março de 2005.


Presidência: Deputados **Sérgio Oliveira e Dinha Carvalho**

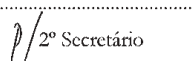
Secretaria: Deputado **Luiz Calixto**

Às dez horas e três minutos, sob a Presidência do Deputado **Sérgio Oliveira**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Luiz Calixto**, Secretário, em exercício, presentes os Deputados **Juarez Leitão, Pe. Valmir Figueredo, Ronald Polanco e Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores – PT; **Edvaldo Magalhães, Elson Santiago e Moisés Diniz**, do Bloco Popular Mobilizador – BPM; **Delorgem Campos e Francisco Viga**, do Bloco Socialista Cristão – BSC; **Antonia Sales e Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB; **Dinha Carvalho e Hélio Lopes**, do Partido Liberal – PL; **Roberto Filho**, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; **José Vieira**, do Partido da Frente Liberal – PFL; **José Bestene**, do Partido Progressista – PP; **Nogueira Lima**, do Partido Social Cristão – PSC; e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista – PPS; ausentes os Deputados **Naluh Gouveia, José Luis e Helder Paiva**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão. Lida a Ata da Sessão anterior, foi a mesma aprovada sem restrições. **O Expediente do Dia** constou de: **Carta**, do Deputado Mauri Torres, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, parabenizando o Deputado Sérgio Oliveira, pela recondução ao cargo de Presidente deste Poder; **Carta** do Senador Tião Viana, agradecendo ao Presidente desta Casa, o convite para participar do Seminário “Discutindo a Interiorização da UFAC”; **Carta** dos editores da Assistência à Saúde de Pacientes com Epilepsia – ASPE, encaminhando a este Poder, a edição da revista Sem Crise, ao mesmo tempo em que solicita a confirmação dessa remessa, bem como o envio dos endereços das bibliotecas públicas deste Estado, para que as mesmas tenham acesso a esse periódico; **Carta** do Senhor Gladimir Chiele, da Consultoria em Direito Público – CDP, encaminhando um exemplar do livro “O que todo prefeito precisa saber no início do mandato”; **Ofício Circular N. 001/SL**, da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba “Casa de Epitácio Pessoa”, solicitando que através dos respectivos órgãos gerenciais, encaminhar o que segue: 1. A Constituição Estadual atualizada; 2. O atual Regimento Interno com suas respectivas alterações; 3. O Código de Ética e Decoro Parlamentar com suas possíveis modificações; 4. Composição da Mesa Diretora e Comissões Permanentes; **Of. Circ. N. 002/2005**, da Diretora Carla Maria E. Vieira Pedroso, da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminhando, em anexo, cópia do Ato da Mesa N. 566 de 01/03/2005, o qual designa o Excelentíssimo Senhor Deputado Celestino Roque Secco, para exercer as funções de Presidente desta Escola do Legislativo, aproveitando a oportunidade para encaminhar a edição especial da Revista da Escola do Legislativo – Ano 3 - número 3, de fevereiro de 2005; **OF/EXP/CMT/N. 018/05**, do Senhor José Ezi do Nascimento Aragão, Presidente da Câmara Municipal de Tarauacá, agradecendo a vinda do servidor Aluizio Rocha da Silva, Economista, do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria Executiva deste Poder a esta cidade; **OF.PRESI/026/05**, da Federação das Indústrias do Estado do Acre – FIEAC, apresentando a Mesa Diretora o Projeto de Elaboração da Agenda Legislativa da Indústria-2005, contando com o apoio e parceria deste Poder;

Ofício N. 040/2005, do Deputado Antonio Passos, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, informando a composição da nova Mesa Diretora: Presidente: Deputado Antonio Passos, Vice-Presidente: Deputado Garibaldi Mendonça; 1º Secretário: Deputado Marcos Franco; 2º Secretária: Deputada Susana Azevedo; 3º Secretário: Deputado Valmir Monteiro; 4º Secretário: Deputado Adelson Barreto; **Ofício N. 103/GM-MDIC**, do Senhor José Luiz Motta de Avellar Azeredo, Assessor Especial do Ministro, Coordenador da Assessoria Parlamentar do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, agradecendo a remessa do Ofício Circular N. 01/GABP, o qual comunica a composição da Mesa Diretora deste Poder; **Indicação N. 16/2005**, de autoria da Deputada Dinha Carvalho, do PT, solicitando ao Governador do Estado do Acre, que o mesmo acione o DERACRE, no sentido de que seja providenciado a recuperação do ramal Santa Maria; **Indicação N. 17/2005**, de autoria da Deputada Dinha Carvalho, do PL, solicitando ao Governador do Estado do Acre, que o mesmo acione a Secretaria de Educação, no sentido de que seja providenciado a implantação do Curso de Ensino Médio na Escola Manoel da Costa Sobrinho no ramal Santa Maria; **Indicação N. 18/2005**, de autoria do Deputado Luiz Calixto, Líder do PDT, solicitando à Mesa Diretora que encaminhe expediente a Senhora Doutora Arnete Guimarães, Diretora do Departamento Estadual de Trânsito – Detran, no sentido de que seja providenciado a demarcação de uma faixa de segurança para a travessia de pedestre, bem como a instalação de um semáforo com acionamento manual (inteligente), na Escola Estadual Darci Vargas, localizada na estrada Dias Martins. Aberto o **Pequeno Expediente**, usou da palavra o Deputado **Nogueira Lima**, Líder do PSC; O Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, passou a direção dos trabalhos a Deputada **Dinha Carvalho**, dando continuidade, usaram da palavra os Deputados **Luiz Calixto**, Líder do PDT; **Tarcísio Medeiros**, Líder do PPS; **Edvaldo Magalhães**, Líder do Governo; **Chagas Romão**, do PMDB. Aberto o **Grande Expediente**, usaram da palavra os Deputados **Nogueira Lima**, Líder do PSC; **Tarcísio Medeiros**, Líder do PPS; **Ronald Polanco**, do PT, que foi aparteado pelos Deputados Edvaldo Magalhães e Luiz Calixto; **Moisés Diniz**, do BPM; A Senhora Presidenta, **Dinha Carvalho**, passou a direção dos trabalhos ao Deputado **Sérgio Oliveira**, dando continuidade o Senhor Presidente passou a palavra a Deputada **Dinha Carvalho**, do PL, que foi apartada pelo Deputado Nogueira Lima; **Luiz Calixto**, Líder do PDT; Em **Questão de Ordem**, o Deputado **Edvaldo Magalhães**, Líder do Governo, sugeriu que a Sessão fosse suspensa, após o Grande Expediente, para que pudessem definir a pauta de votação do dia de hoje. A seguir o Senhor Presidente, **Sérgio Oliveira**, atendeu a Questão de Ordem do Deputado **Edvaldo Magalhães**. (Pausa) Aberta a **Ordem do Dia**, não houve Matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos, o Senhor Presidenta, **Sérgio Oliveira**, encerrou a presente Sessão Ordinária, precisamente, às doze horas e trinta e um minutos, convocando uma Extraordinária para às dezessete horas. E, para constar, eu, *Maria Aparecida... [assinatura]* lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.


1º Secretário


Presidente


2º Secretário

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães

Vice-Presidente: Delorgem Campos

Titulares: Taumaturgo Lima, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.

Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva

Vice-Presidente: Francisco Viga

Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueredo

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.

Suplentes: Taumaturgo Lima, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão

Vice-Presidente: José Vieira

Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.

Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís

Vice-Presidente: Roberto Filho

Titulares: Taumaturgo Lima, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.

Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Luiz Gonzaga

Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.

Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Dinha Carvalho

Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Taumaturgo Lima, José Bestene, José Vieira.

Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima

Vice-Presidente: Hélio Lopes

Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.

Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.